



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Ata da 25ª reunião, realizada em 24 de agosto de 2021

1 Em 24 de agosto de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de
4 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) em Belo Horizonte.
5 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Renato
6 Teixeira Brandão, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
7 Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Pedro
8 Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
9 (Sede); Rogério Pedersoli de Lima, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e
10 Mobilidade (Seinfra); Ilton Cesar Dias, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo
11 (Secult); Carolina Lobello Lorensini, da Secretaria de Estado de Agricultura,
12 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Alfredo Marques Diniz, do Conselho Regional
13 de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG). Representantes da
14 sociedade civil: Alison Frederico Medeiros Ferreira, da Federação das Indústrias do
15 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Thiago Salles de Carvalho, da Associação
16 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Lidiane Pedra Vieira Melo, da
17 Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Paulo José
18 de Oliveira, do Espeleogruppo Pains (EPA); Branca Horta de Almeida Abrantes, da
19 Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Breno Augusto Ribeiro Arêdes, do
20 Centro Universitário Una. Assuntos em pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO**
21 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.**
22 O presidente Renato Teixeira Brandão declarou aberta a 25ª reunião da Câmara de
23 Políticas de Energia e Mudanças Climáticas. **3) COMUNICADOS DOS**
24 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Renato Teixeira Brandão: “O
25 próprio Sisema tem um comunicado, que vamos passar agora um vídeo sobre a
26 Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais. Ela é o canal de interlocução do cidadão
27 mineiro com o governo do Estado, recebe denúncias, reclamações, sugestões,
28 críticas ou elogios tanto dos cidadãos quanto dos servidores, garantindo o controle
29 social sobre os serviços públicos estaduais. Vamos ao vídeo.” (*Exibição de vídeo*
30 *institucional*). **4) EXAME DA ATA DA 24ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a
31 ata da 24ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas,
32 realizada em 23 de março de 2021. Votos favoráveis: Sede, Seinfra, Secult, Seapa,
33 Crea, Fiemg, Abragel, Angá, EPA e Una. Ausências: Segov e SME. **5) MINAS**
34 **GERAIS NA CAMPANHA RACE TO ZERO: TRAJETÓRIA PARA ALCANÇAR A**
35 **NEUTRALIZAÇÃO DE EMISSÕES LÍQUIDAS ATÉ O ANO DE 2050.**
36 **Apresentação: FEAM.** Morjana Moreira dos Anjos, da FEAM, fez apresentação
37 sobre a trajetória para alcançar a neutralização de emissões líquidas até o ano de

38 2050, com destaque para a participação de Minas Gerais na campanha Race to
39 Zero. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD.
40 Manifestações. Presidente Renato Teixeira Brandão: “Obrigado, Morjana, pela
41 apresentação. Eu vou fazer só um comentário, antes de passar para os
42 conselheiros, que essa adesão do Estado à Race to Zero levou também que outros
43 Estados e outros municípios também tivessem adesão. O Estado tem tido adesão
44 de municípios para essa campanha, a partir da adesão do Estado. Eu estive em
45 Conceição do Mato Dentro, por exemplo, quando a Prefeitura de Conceição fez
46 adesão também à Race to Zero, na oportunidade, logo depois do Estado. Então uma
47 campanha nacional que os governos subnacionais do Brasil têm puxado essa
48 discussão, e o Estado foi realmente o primeiro Estado da América Latina e Caribe a
49 fazer essa adesão e todo esse planejamento. Aqui não estamos falando – e isso
50 temos discutido muito com a própria secretária – de uma meta pela meta e uma
51 missão, nós estamos falando, como a Morjana apresentou, de um planejamento que
52 o Estado vai fazer, com várias discussões com a sociedade, aqui na CEM e em
53 outros fóruns, para que realinhemos o nosso crescimento e as nossas ações para
54 que em 2050 consigamos a chamada emissão líquida zero. Abrindo já para os
55 conselheiros, até tem uma pergunta aqui que o conselheiro Ilton colocou, sobre o
56 que é emissão líquida zero. Tem mais alguma questão, Ilton?” Conselheiro Ilton
57 Cesar Dias: “Eu gostaria de fazer só uma colocação, até pela experiência em órgão
58 público, em contato com o interior, e muitas vezes sabemos que nós estamos em
59 um país em que a maioria da população não tem muito domínio de inglês, não tem
60 muita familiaridade. Às vezes com alguns termos até que são recorrentes nós temos
61 familiaridade. Mas até mesmo pelo contato às vezes com prefeituras de interior, que
62 às vezes são pequenas, muitas vezes essas apresentações são levadas, e esses
63 termos em inglês, ainda que se mantenham – porque obviamente tem a
64 contextualização em que foram criados –, mas que também houvesse uma tradução
65 para o português para contextualizar na nossa língua também. Até às vezes eu
66 brinco que daqui a pouco já nem vamos saber o português mais porque hoje, com
67 esse advento de redes sociais, todo mundo quer simplificar muito as coisas. Mas eu
68 acho que temos que manter essa questão de que, muitas vezes, há ainda muito
69 pouco domínio do idioma inglês, de termos, e trazer isso um pouco para o português
70 dentro do contexto do que quer dizer. Por exemplo Race to Zero, às vezes, para
71 muitos municípios, muitos locais que sabemos que têm uma estrutura pequena, não
72 vão saber contextualizar e entender o que seja. É só uma observação.” Presidente
73 Renato Teixeira Brandão: “Obrigado, Ilton, eu acho que nós temos que tomar esse
74 cuidado mesmo e vamos tentar, inclusive, nas próximas apresentações, quando
75 usar um termo tentar trazer uma tradução que aproxime das pessoas para elas
76 entenderem o que significa, pelo menos de forma geral, o termo que estamos
77 usando. Eu acho que é muito pertinente mesmo.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM:
78 “Por que chamamos de emissões líquidas zero? Os processos, ainda que emitam
79 gases de efeito estufa, como exemplo, uma termelétrica movida a combustível, que
80 vai ter emissão de gás de efeito estufa, ao mesmo tempo aquela companhia fez um

81 investimento em reflorestamento. Então tem o sequestro de carbono da atmosfera.
82 E quando você faz a conta das emissões que foram emitidas menos as emissões
83 que foram removidas por meio de outras atividades esse balanço tem que ser zero.
84 Por isso falamos em emissões líquidas zero, porque vamos estar tentando investir
85 em tecnologias, mas, caso haja emissão, temos que trabalhar com alternativa de
86 retirar essa emissão da atmosfera, seja por meio de reflorestamento, por meio
87 também de armazenamento de carbono, com tecnologias de armazenamento de
88 carbono, para armazenar esse carbono em outro lugar; no solo, por exemplo, com
89 tecnologias que trabalham com essa vertente também. Então seria isso.
90 Obviamente, o primeiro passo é evitar emitir, mas, se emitir, temos que ter
91 alternativas para poder sequestrar esse carbono da atmosfera. Então por isso esse
92 cálculo de emissões menos remoções.” Conselheiro Ilton Cesar Dias: “Eu até penso
93 em termos do senso comum e confesso que até para mim mesmo, e vemos falar
94 muito de emissão de gases na atmosfera que causa o efeito estufa. Então muitas
95 vezes quando se traz essa colocação de emissões líquidas aí eu acho que já causa
96 uma certa... ‘Mas é emissão líquida ou emissão de gás?’ E tem aquela questão de
97 líquido, gasoso, sólido. Então acho que até para o senso comum ficar mais claro.
98 Por isso pintou a minha dúvida nisso.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “O líquido
99 aqui foi usado mesmo na questão de balanço, não do estado de um gás. Mas eu
100 entendo a confusão, talvez possamos tentar trabalhar com a utilização de termos
101 que sejam mais fáceis de serem entendidos e trabalhar com essa parte da tradução
102 também. Eu vou deixar aqui anotado como sugestão para melhorarmos para as
103 próximas apresentações.” Conselheiro Alison Frederico Medeiros Ferreira: “Eu
104 gostaria de fazer algumas perguntas. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o
105 Estado pela iniciativa e a Morjana também pela apresentação do projeto. E um
106 primeiro ponto é que foi citada a necessidade de atualização do inventário. Eu
107 gostaria de saber como está o planejamento com relação à mobilização dos setores
108 para atualização do inventário e qual metodologia que vamos utilizar para essa
109 atualização. Essa é uma primeira dúvida. Um segundo ponto é referente a metas.
110 Foi mencionado o estabelecimento de metas intermediárias para atingimento da
111 remoção das emissões. Como que o Estado está planejando fazer esse alinhamento
112 das metas intermediárias com as NDCs nacionais, que já estão estabelecidas e com
113 metas definidas. Uma outra questão é na parte quando falamos das emissões
114 líquidas zero: como vamos tratar a questão das remoções, alinhadas hoje ao CAR
115 e ao PRA, como que isso tudo vai conversar nesse processo de recuperação de
116 áreas degradadas? Eu acho que um ponto extremamente importante que também
117 gostaríamos de saber é a questão do financiamento do estabelecimento, de linha
118 de crédito para projetos de remoção, projetos atrelados à indústria e a outras
119 atividades. E também a questão de pagamento por serviços ambientais, uma vez
120 que isso está muito atrelado ao mercado de carbono. Como se está pensando nessa
121 estratégia para englobar esses pontos de linha de crédito e mercado de carbono
122 propriamente dito. Então eu acho que são basicamente quatro perguntas.” Morjana
123 Moreira dos Anjos/FEAM: “A primeira é em relação ao planejamento para a

124 realização do plano de ações. Já tivemos uma primeira rodada, inclusive a Fiemg
125 participou praticamente de todas as rodadas que tivemos para poder fazer a parte
126 de monitoramento das ações já previstas no plano de 2015, o que já está publicado.
127 Então tivemos essa primeira rodada, que salvo engano foi há dois ou três meses,
128 teve a participação de diversos atores também para poder fazer esse
129 monitoramento. E agora estamos partindo para o próximo passo, que é o passo da
130 atualização mesmo. Ainda não foram definidas as ações que serão feitas, não temos
131 um calendário ainda definido, mas eu acredito que agora com o andamento da
132 cooperação e também com outras possibilidades de ajuda de outras pessoas, de
133 outros stakeholders da cooperação, que vão nos ajudar com a atualização do plano,
134 isso deve ser liberado o mais rápido possível. E uma vez sendo estabelecido isso
135 será comunicado aqui na CEM para que todos possam participar, assim como
136 participaram do monitoramento e avaliação das ações previstas no plano.”
137 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Alisson, nós estamos trabalhando nessa
138 cooperação, inclusive para trazer recursos para desenvolvimento tanto dos recursos
139 e apoio das instituições com que já temos parcerias tanto no desenvolvimento do
140 inventário quanto da atualização do plano. Como a Morjana colocou, a ideia é que
141 façamos todas as discussões tanto de como o inventário vai trabalhar e também o
142 plano, a atualização do plano, nesse fórum que hoje já existe, a partir de um decreto
143 do governador, e que a ideia é reativar o fórum com a convergência de uma outra
144 instância de discussão, que era a instância que fazia o acompanhamento do plano.
145 Então nós vamos fazer isso. Nós, inclusive, contamos muito com a Fiemg,
146 principalmente, e a Faemg, porque essas informações para conter o inventário, para
147 trazer a informação mais certa, mais assertiva para o inventário, nós contamos com
148 a participação das federações que representam setores, para que tragamos essa
149 informação mais fidedigna, da forma mais fidedigna possível. Nós ainda estamos
150 num processo de negociação para definir esse cronograma que a Morjana colocou,
151 de atualização tanto do inventário quanto do plano, e acreditamos que dentro de
152 dois meses já tenhamos um cronograma de discussão, tanto aqui na CEM quanto
153 no fórum, dos passos que vamos cumprir para atualizar o inventário e atualizar
154 também o plano.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Exatamente. E em relação à
155 parte de financiamento também está previsto como um dos próximos passos, em
156 que vão ser discutidas todas as ferramentas possíveis e viáveis que possamos
157 oferecer para poder fazer a implementação de todas as ações que porventura
158 vierem a surgir a partir dessa atualização. Eu acho que ainda é tudo muito recente
159 dada à recém-adesão tanto à cooperação quanto também ao Race to Zero, então
160 são ações que estão para o próximo passo, nos próximos dois meses. E assim que
161 tiver uma definição clara sobre isso nós voltamos aqui para apresentar para vocês.”
162 Conselheiro Alison Frederico Medeiros Ferreira: “Tinha mais um ponto, referente à
163 questão das remoções, como que vamos fazer o link entre hoje o CAR e o PRA no
164 processo de recuperação de áreas degradadas.” Presidente Renato Teixeira
165 Brandão: “Nós estamos fazendo discussões intensas com o IEF em vários grupos.
166 Temos discutido também a questão da agricultura ABC, que tem esse viés. Mas o

167 IEF está inserido dentro dessa discussão, e nós realmente acreditamos que o CAR
168 e PRA vão ser os caminhos para trabalharmos os principais mecanismos de
169 remoção para o Brasil. Não é, Morjana? Para Minas Gerais e o Brasil são os
170 principais mecanismos que visualizamos. O Estado, recentemente, regulamentou a
171 questão do PRA, e aí também precisamos acompanhar como que isso está
172 evoluindo e o que tem trazido de ganho com relação a remoção. Há uma discussão
173 na COP-26 sobre a questão de crédito de carbono, a regulamentação do artigo 26.
174 Não é, Morjana? De crédito. E provavelmente vai ter uma regulamentação na COP,
175 que é o que esperamos. Isso também vai trazer uma série de benefícios, e o Estado
176 estando bem planejado pode trazer uma série, inclusive, de possibilidades de
177 recursos para o Estado para desenvolvermos mais esses mecanismos de captação
178 de gases de efeito estufa. E você perguntou também sobre pagamento por serviços
179 ambientais. A própria regulamentação que falamos traz isso, mas o Estado está
180 trabalhando em um anteprojeto de lei sobre pagamento por serviços ambientais de
181 forma mais genérica. Isso está sendo coordenado pela Secretaria de Meio
182 Ambiente, e a ideia é que tenhamos uma política de pagamento por serviços
183 ambientais clara, colocada. O Estado é um dos poucos Estados que tem pagamento
184 por serviços ambientais relacionados ao ambiente urbano, que é o Bolsa
185 Reciclagem também, mas vamos discutir isso, e a perspectiva é de que consigamos
186 propor uma regulamentação sobre pagamento por serviços ambientais à
187 Assembleia Legislativa, que é quem vai discutir e, eventualmente, deliberar sobre
188 uma lei. Mas o Executivo tem feito uma discussão da importância de termos essa
189 regulamentação de pagamento por serviços ambientais, o que vai auxiliar em vários
190 aspectos na questão da implantação e do atendimento do compromisso que nós
191 assumimos no Race to Zero. De forma geral seria isso, Alison. Algumas perguntas
192 suas estão conectadas à questão do pagamento, mas de forma geral é isso que
193 pensamos. E temos que lembrar que estamos iniciando essa discussão, e a ideia é
194 fazer com todos esses atores, com as federações, com as ONGs, com a sociedade
195 de uma forma geral. Esse é o objetivo.” Conselheiro Alison Frederico Medeiros
196 Ferreira: “Muito obrigado pelos esclarecimentos. Só um último ponto, em relação à
197 questão das metas intermediárias. Como estamos planejando fazer esse link das
198 metas intermediárias com as NDCs nacionais, que já estão com metas
199 estabelecidas? Como as duas metas vão se conversar?” Presidente Renato Teixeira
200 Brandão: “Eu entendo, Alison, quando o Estado assume um compromisso do Race
201 to Zero, todos os Estados estão assumindo o quê? Nós precisamos ir um pouco
202 além das NDCs. Elas vão ser balizadoras e já são balizadoras para alguns
203 planejamentos que fazemos. Eu acredito que em 2030 estejamos trabalhando com
204 valores muito próximos a NDCs. Nós vamos fazer essa discussão. Mas, dentro de
205 uma visualização mais geral, trabalharíamos com esses valores, mas vamos ter que
206 trazer incrementos para realmente trazer essa perspectiva. Na verdade, o inventário,
207 a própria atualização do plano e um documento que chamamos de ‘trajetória’ vão
208 nos dar uma perspectiva de qual vai ser o plus que o Estado vai ter que trazer das
209 NDCs, ações para mitigar, para tratar essas emissões. A base é a NDC, mas

210 sabendo que vamos ter que dar um salto a mais.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM:
211 “É justamente isso. Eu acho que toda meta é embasada por meio de trajetórias ou
212 cenários, usando uma expressão mais comum, e esses cenários, na maioria das
213 vezes, estão embasados em metas. No caso de Minas Gerais, todos os nossos
214 cenários foram embasados em consonância com as metas estabelecidas pelo
215 governo federal. Então certamente nossa metodologia vai ser embasada na NDC,
216 recortada para o Estado de Minas, considerando a nossa questão de produtividade,
217 emissões, e assim por diante. Pegamos essa meta e fazemos um recorte para
218 Minas. E se realmente queremos alcançar o cenário para 2050 nós vamos, sim,
219 precisar de um plus, de um cenário ambicioso, e esse cenário seria a base para
220 poder chegar à meta intermediária. É o que está previsto dentro do nosso acordo de
221 cooperação, a elaboração dessas trajetórias e por meio delas, uma vez sendo elas
222 a informação chave de que precisamos para poder chegar a uma meta factível para
223 todos.” Conselheira Lidiane Pedra Vieira Melo: “Em 2019, 2018, mais ou menos, nós
224 desenvolvemos um trabalho com o Ministério da Economia em que estudamos as
225 alternativas para relato de emissão de gás de efeito estufa. Dentro desse estudo,
226 estudamos vários Estados que possuem relato de emissão de gás de efeito estufa
227 pelos entes privados, e sabemos que Minas Gerais teve uma iniciativa, se não me
228 engano, em 2013, 2014, de ser facultativa essa informação por parte dos entes
229 privados. Dentro desse processo, da retomada desse assunto, vocês veem alguma
230 possibilidade de voltar ao sistema de relato em Minas?” Morjana Moreira dos
231 Anjos/FEAM: “A última atualização foi em 2019, quando estávamos tentando criar
232 meios de ter uma plataforma de relatos que fosse integrada e convidar atores-chave
233 para poderem fazer esse relato. Teve também o decreto, que não sei se foi finalizado
234 ou não, que previa prazo para que tornasse obrigatório. Não sei realmente como
235 ficou essa discussão, porque acabei saindo no meio dela e ainda não retornei. Mas
236 eram as informações que eu tinha em relação a isso, de usarmos plataformas
237 internacionais, como por exemplo a do CDP, tem também a parte de setor privado,
238 indústria, e pode relatar por meio delas. E a gente reconheceria o relato dessas
239 indústrias por meio dessas plataformas. No caso, essa cooperação com o CDP eu
240 realmente não sei se avançou ou não.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “De
241 forma geral, chegamos a criar um sistema no Estado para fazer esses relatos, mas
242 vimos que existem outros sistemas, até validados, com outros tipos de validação,
243 que poderiam receber essas informações das indústrias. E nós acreditamos que,
244 quando da revisão da discussão do inventário, em que vamos ter oportunidade
245 também de trazer essas informações das indústrias, a ideia é que incentivemos cada
246 vez mais a utilização dessas plataformas que já existem para as indústrias
247 apresentarem suas emissões, e nós conseguirmos fazer o levantamento dessas
248 emissões. Então a ideia é diferente um pouco do que era lá atrás, não é termos um
249 sistema próprio, mas, sim, incentivar que os empreendedores, as indústrias
250 consigam utilizar essas plataformas já validadas por outras instituições, e que
251 tenhamos, inclusive, acesso a elas para nos auxiliarem em atualizações de
252 inventários que vamos precisar fazer na sequência em outras ações, de repente,

253 pensando em setores específicos. Essas informações são importantes. Nós temos
254 discutido, fizemos uma reunião com o governo federal, que também tem trabalhado
255 nesses levantamentos. E notamos que em alguns setores há uma dificuldade de
256 acesso de informações com relação a essas emissões. Uma vez que nós temos no
257 Estado uma parceria com a Fiemg, inclusive de assumir o compromisso com o Race
258 to Zero nesse processo – inclusive essa manifestação foi assinada pela própria
259 Federação das Indústrias e a da Agricultura –, nós acreditamos que vamos
260 conseguir nesse inventário trazer essas informações e também fazer um incentivo
261 que as federações, associações, incentivem as empresas a também apresentarem
262 nessas plataformas. Nós vamos trabalhar no objetivo de que essas informações
263 sejam inseridas para termos até uma facilidade maior para visitar os próximos
264 inventários. Porque nós vamos fazer agora, mas eventualmente temos que atualizar.
265 E se tivermos acesso a essas informações nessas plataformas, e elas forem
266 alimentadas pelas indústrias, pelas empresas, facilitaria o nosso processo até de
267 visitar o inventário. Então nós vamos trabalhar nessa vertente também de
268 incentivar cada vez mais que as indústrias façam esses relatos.” Conselheira Lidiane
269 Pedra Vieira Melo: “Obrigada. Eu queria só acrescentar que esse trabalho foi
270 publicado. Se tiverem interesse depois de dar uma lida. Porque nós estudamos
271 outros Estados também, Rio de Janeiro, São Paulo, estivemos nesses Estados, e o
272 trabalho ficou bem robusto.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Lidiane, posso
273 te pedir um favor? Se você puder compartilhar no link do chat, depois vemos com a
274 assessoria como deixamos também esse link de uma certa forma registrado na ata.
275 É possível? E deixamos registrado também para acesso de todo mundo.”
276 Conselheira Lidiane Pedra Vieira Melo: “Ok.” Vânia Mara de Souza
277 Sarmiento/SEMAD: “Só dar uma notícia excelente para os conselheiros que já
278 concluíram o curso introdutório de capacitação. Na semana que vem nós estaremos
279 disponibilizando para os conselheiros que já concluíram o curso introdutório o curso
280 ‘Práticas’. É com alegria muito grande que damos essa notícia. No curso ‘Práticas’,
281 tem uma parte que é do Sistema de Licenciamento Ambiental, com vídeos bem
282 interativos. Foi feito pela equipe da Subsecretaria de Regularização Ambiental. Pedir
283 aos conselheiros que ainda não concluíram o curso introdutório que o façam, por
284 favor, deem um feedback para nós. É muito importante esse retorno. E aqueles que
285 já concluíram o curso introdutório esta semana estarão recebendo a informação de
286 como acessar o curso ‘Práticas’. Muito obrigada, senhor presidente. Parabéns pela
287 condução. Parabéns à Morjana pela apresentação.” Presidente Renato Teixeira
288 Brandão: “Obrigado pela informação. Não havendo mais consideração dos
289 conselheiros, nós vamos então considerar a reunião encerrada. Eu só vou fazer o
290 registro aqui que o Alfredo colocou aqui corrigido minha fala: a regulamentação do
291 artigo VI do Acordo de Paris. É isso mesmo, Alfredo. Então eu vou agradecer os
292 conselheiros pela participação.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “Só mais
293 uma informaçãozinha. Que tivemos 100% de quórum. No momento da votação da
294 ata, o representante da Segov e a representante da SME estavam ausentes, mas
295 logo após a votação da ata eles entraram. Então estamos com o Leorges

296 representando a Segov e a Branca representando a SME. Então 100%” Presidente
297 Renato Teixeira Brandão: “Aproveitando, eu vou registrar também que o Alfredo fez
298 uma manifestação falando sobre o marco legal da energia solar. Isso também vai
299 ser registrado, nós vamos registrar aqui na ata da reunião. Então agradeço aos
300 conselheiros e ressalto que nós vamos tentar trazer todas essas discussões e esse
301 planejamento à CEM para que os conselheiros consigam acompanhar a evolução
302 do Estado na questão da campanha e do desafio Race to Zero. Então bom dia a
303 todos e boa semana.” **6) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem
304 tratados, o presidente Renato Teixeira Brandão declarou encerrada a sessão, da
305 qual foi lavrada esta ata.

306
307 **APROVAÇÃO DA ATA**

308
309
310 **Renato Teixeira Brandão**
311 **Presidente da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas**